

Cadernos de Estudos

DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM DEBATE

NÚMERO 1

ISSN 977180907504-0

A IMPORTÂNCIA DO BOLSA FAMÍLIA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Rosa Maria Marques

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**A IMPORTÂNCIA DO BOLSA FAMÍLIA
NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

Brasília, 2005

Cadernos de Estudos

DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM DEBATE

NÚMERO 1

ISSN 977180807504-0

A IMPORTÂNCIA DO BOLSA FAMÍLIA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Rosa Maria Marques

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

© **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

Esta é uma publicação técnica da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.

O texto publicado neste caderno é um resumo do relatório da pesquisa sobre o programa Bolsa Família realizada em novembro de 2004 por Rosa Maria Marques, Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Políticas para o Desenvolvimento Humano do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Participaram do estudo Áquilas Mendes (Faap e Cepam) e Marcel Guedes Leite (PUC-SP), como pesquisadores seniores, e Ana Hutz (Unicamp), como pesquisadora júnior.

Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – n.1 (2005) –
Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

ISSN 977180807504-0

1. Desenvolvimento Social – Brasil 2. Inclusão Social – Brasil
I. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.

CDD – 330.981

Tiragem: 1.000 exemplares

Edição Estação das Mídias

Projeto gráfico e diagramação Raquel Matsushita

Revisão Julia Maykot

Julho de 2005

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

SCS Quadra 02 Bloco C Edifício Toufic Sala 701

CEP: 70.317-900 Brasília DF – Telefones (61) 3325-7850/7789

<http://www.mds.gov.br>

Fome Zero: 0800-707-2003

APRESENTAÇÃO

Com esta publicação de um estudo da pesquisadora Rosa Maria Marques sobre impacto do Programa Bolsa Família sobre economias locais, inauguramos a série *Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate*. Esta é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, com o objetivo de fomentar o debate interinstitucional e promover uma interação permanente entre tomadores de decisão e investigadores da área social.

A professora Rosa Marques é coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Políticas para o Desenvolvimento Humano do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Neste trabalho, ela mede a contribuição dos recursos do nosso principal programa de transferência de renda, Bolsa Família, nos municípios atendidos em relação aos volumes de recursos repassados pelo Governo Federal.

Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate surge como uma publicação de caráter periódico, que visa divulgar pesquisas, disseminar resultados e, principalmente, subsidiar discussões e avaliações acerca das políticas e programas sociais. Sua proposta é transformar-se em um instrumento capaz de estimular a transversalidade e a articulação institucional, e, com isso, contribuir para que as ações propostas pelo MDS respondam mais eficazmente às reais necessidades da sociedade.

Acreditamos que a disseminação de estudos e práticas de avaliação bem como a ampla compreensão e apropriação de seus resultados são elementos fundamentais para alcançarmos os objetivos propostos pelas ações governamentais.

Patrus Ananias de Sousa

Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Patrus Ananias de Sousa

Secretária Executiva
Márcia Helena Carvalho Lopes

Secretário Executivo Adjunto
João Domingos Fassarella

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação
Rômulo Paes de Sousa

Secretária de Articulação Institucional e Parcerias
Heliana Kátia Tavares Campos

Secretária Nacional de Renda de Cidadania
Rosani Cunha

Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional
Onaur Ruano

Secretário Nacional de Assistência Social
Oswaldo Russo

Expediente: *Esta é uma publicação técnica da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.* SECRETÁRIO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO: Rômulo Paes de Sousa; DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E SOCIAIS: Eugênia Bossi Fraga; DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: Jeni Vaitsmam; DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E RECURSOS TECNOLÓGICOS: Roberto Wagner da Silva Rodrigues.

SUMÁRIO

A. Introdução 8

B. Metodologia

I. Da amostra **10**

II. Do Bolsa Família e dos demais dados **14**

C. Os resultados

I. O Bolsa Família e a população **15**

II. O Bolsa Família e outros recursos **22**

D. Resumo

I. Do ponto de vista da população beneficiária **24**

II. Do ponto de vista da importância dos recursos transferidos **26**

Bibliografia 40

A. INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta uma das piores concentrações de renda do mundo, só sendo superado por poucos países, tais como Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia. A renda das famílias mais ricas (renda familiar mensal, em 2000, acima de R\$ 10.982,00 de setembro de 2003), que totalizam 1,162 milhão, corresponde a 75% do total da renda nacional. Entre essas, as 5.000 famílias mais ricas absorvem 45% da renda nacional (Pochmann, 2004).

Essa situação, estrutural na sociedade brasileira, por diversos motivos, tem se agravado nas últimas décadas. Em 1980 a renda média da população mais rica era dez vezes maior do que a renda média da população brasileira. Atualmente essa relação é de 14 vezes. Se comparada à renda dos 20% mais pobres, a relação é de 80 vezes.

Não bastasse esse quadro de extrema desigualdade, soma-se a ele a existência de um enorme contingente da população brasileira situado abaixo da linha de pobreza. Como é sabido, a definição de linha de pobreza é extremamente polêmica, gerando estimativas bastante diferenciadas. Segundo o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getúlio Vargas, ao analisar os dados do Censo Demográfico de 2000, e ao adotar o critério de R\$ 60,00 per capita mensal como definidor da linha de pobreza, 35% da população brasileira (o que equivale a 57,7 milhões de pessoas) estariam vivendo abaixo da linha de pobreza. Essa análise identificou que as regiões mais pobres do país seriam a Norte e a Nordeste, onde 13,8 milhões de pessoas viveriam em situação de pobreza extrema, e que 26% dos brasileiros nessa situação habitariam as zonas rurais. Na zona rural da região Norte, por exemplo, a renda média seria de R\$ 19,67, a mais baixa do país. Nesse mesmo estudo é considerado que o número de pobres no país poderia ser reduzido em um terço se os mesmos recebessem uma renda mensal adicional de R\$ 50,00.

Já no Projeto Fome Zero: uma Proposta de Segurança Alimentar para o Brasil, ao utilizar o critério de linha de pobreza do Banco Mundial (US\$ 1,08 por dia), ajustando para os diferentes níveis regionais de custo de vida e pela existência ou não de auto-consumo, a população abaixo da linha de pobreza seria de 44,043 milhões de pessoas, envolvendo 9,32 milhões de famílias. Essa estimativa correspondia a 21,9% das famílias, 27,8% da população total do país, 19,1% da população das regiões metropolitanas, 25,5% da população das áreas urbanas não-metropolitanas e 46,1% da população rural.

Atualmente, no combate à pobreza e como política de transferência de renda, o governo federal conta, entre outros, com o Programa Bolsa Família. Este programa está sob a égide do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Em junho de 2004, o governo federal registrava que 4.103.016 famílias eram be-

beneficiárias do Programa Bolsa Família, absorvendo, naquele mês, recursos da ordem de R\$ 288,2 milhões.

A teoria econômica de inspiração keynesiana advoga que o gasto governamental, assim como o privado, gera, no conjunto da economia, por seu efeito multiplicador, renda de valor maior do que o do gasto realizado. Isso acontece porque as compras que o governo efetua resultam em novas demandas para as empresas que, ao aumentarem sua produção, elevam os pedidos junto a seus fornecedores, uns e outros aumentando o nível de contratação de trabalhadores. Esse processo tem continuidade na cadeia produtiva, tanto das empresas inicialmente beneficiárias da maior demanda estatal, como daquelas vinculadas ao consumo dos trabalhadores e dos demais segmentos da população que aumentaram sua renda.

No caso de transferência de renda às famílias, o impacto será tanto maior quanto também maior for a propensão marginal a consumir, isto é, quanto maior for a parcela destinada ao consumo quando a renda é aumentada em uma unidade. No caso da população alvo do Bolsa Família, principalmente famílias definidas como extremamente pobres, a propensão marginal a consumir é das mais elevadas, quando não “igual” a um. Assim, o aumento da renda da população mais pobre resultante da política pública em parte retorna aos cofres públicos, sob a forma de incremento na arrecadação de tributos.

B. METODOLOGIA

I. Da amostra

Na impossibilidade de se fazer um estudo sobre todos os municípios brasileiros, optou-se por estudar uma amostra representativa das diferentes situações em que eles podem ser enquadrados, levando em conta os seguintes critérios: localização geográfica, em termos de grandes regiões; porte populacional; nível de pobreza; atividade econômica predominante e relação população urbana/rural.

Os critérios usados para estratificar os municípios brasileiros foram especificados da seguinte maneira:

- **Localização geográfica** – Adotou-se como referência as cinco grandes regiões estabelecidas pelo IBGE: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.
- **Porte populacional** – Como não existe uma classificação padrão para todos os trabalhos que envolvam esta característica e tentando limitar ao menor número possível de classes, mas ainda assim obter homogeneidade interna, optou-se por estabelecer quatro classes de porte populacional bastante amplas, mas, a princípio, diferenciadas entre si. Os municípios brasileiros foram divididos em pequenos, médios, grandes e muito grandes. No primeiro grupo encontram-se aqueles com menos de 20 mil habitantes, que geralmente constituem estruturas administrativas mais simplificadas, com grande proximidade entre a administração pública e os interesses e necessidades de sua população. No segundo, estão municípios com população entre 20 mil e 100 mil habitantes, que já apresentam alguma complexidade administrativa, mas ainda não muito grande. O terceiro grupo é composto por municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, estes sim com estrutura administrativa pública bastante complexa. Finalmente, o último grupo é formado por municípios muito grandes, com população acima de 500 mil habitantes, incluindo aí as grandes metrópoles brasileiras, que formam muitas vezes universos próprios de administração pública, de difícil generalização.
- **Nível de pobreza** – Este critério não se restringiu à característica econômica de renda per capita. Preferiu-se ampliar o conceito de forma a captar o estágio de desenvolvimento do município. Assim, foi escolhido como critério o IDH-M, isto é, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, e os municípios foram separados em dois agrupamentos: aqueles com IDH-M abaixo da média brasileira e aqueles com IDH-M acima da média. Para definição do corte de separação entre

as duas categorias, escolheu-se a média de todos os municípios brasileiros, cujo valor era 0,699 em 2000. No mesmo ano, a mediana era 0,713.

- **Relação população rural/urbana** – Os municípios foram classificados em urbanos ou rurais dependendo da distribuição da população em seus limites territoriais. Se o município apresentava mais que 50% de pessoas vivendo na região urbana (conforme critério adotado pelo IBGE), considerou-se como sendo urbano e, no caso contrário, como rural.
- **Atividade econômica predominante** – Para a estratificação dentro deste critério, optou-se por separar a atividade econômica nos três grandes setores da atividade produtiva: primário (extrativista, agrícola e pecuária), secundário (industrial) e terciário (serviços). A classificação dos municípios nestes três setores levou em consideração a concentração do valor da produção gerada, em cada um deles, pelo município.

Em 2000, encontravam-se instalados no país 5.507 municípios. Destes, encontramos informações completas, disponíveis no site do IPEA, para os cinco critérios adotados, para 4.970 municípios (www.ipeadata.gov.br). Entretanto, como foram instalados 154 novos municípios em janeiro de 2001 (última data, até 2004, de instalação de novos municípios no Brasil), foram excluídos desse universo 74 municípios que deram origem aos novos em 2001. Os 4.896 municípios que restaram foram distribuídos em 119 agrupamentos distintos com pelo menos um município, sendo que, destes, 21 são compostos por apenas um município, sete por apenas dois e oito por apenas três municípios; restando assim, 83 estratos com quatro ou mais municípios.

CENTRO-OESTE

A região Centro-Oeste abriga em seus 19 agrupamentos 405 municípios (em 2000 encontravam-se instalados, na região, 468). Dos 405 municípios desta região apenas 60 (15%) são classificados como rurais, sendo que, destes, 90% são classificados como tendo atividade econômica concentrada predominantemente no setor primário.

Dos 265 municípios com menos de 20 mil habitantes, caracterizados como urbanos, 182 (69%) são classificados como geradores de renda predominantemente no setor primário, 71 (27%) no setor terciário e apenas 12 (4%) no secundário.

Os grandes municípios, em termos populacionais, são classificados em sua maioria como terciários e urbanos, haja vista serem classificados como urbanos todos os 80 (20%) municípios da região com mais de 20 mil habitantes.

Interessante notar que dos dez municípios existentes com mais de 100 mil habitantes, nove concentram a produção no setor terciário e apenas um no secundário.

A grande maioria dos municípios (87%) apresenta IDH-M superior à média dos municípios brasileiros, sendo que os 13% com IDH-M baixo (abaixo da média) estão localizados entre os municípios com menos de 20 mil habitantes (12%) ou com população entre 20 mil e 100 mil habitantes (1%).

NORTE

Na região Norte, os 398 municípios (eram 427 em 2000) estão distribuídos em 27 agrupamentos. Os 14 (4%) grandes municípios da região, distribuídos em apenas três grupos, são todos classificados como urbanos, geradores de renda predominantemente no setor terciário (exceto Manaus, classificado como secundário, face à presença da Zona Franca) e todos com IDH-M acima da média brasileira.

Já os 384 (96%) municípios com menos de 100 mil habitantes, distribuídos em 24 grupos, encontram-se homogeneamente divididos entre rurais e urbanos, mas apresentam predominantemente IDH-M abaixo da média nacional (77%), sendo 51% classificados como geradores de renda concentrada no setor primário, 45% no terciário e apenas 4% no secundário.

NORDESTE

Os 1.548 municípios da região (1.787 em 2000) distribuem-se entre 25 agrupamentos. Do total, 1.503 municípios (97%) têm população inferior a 100 mil habitantes e, destes, 1.472 (97%) apresentam IDH-M abaixo da média brasileira; estão igualmente distribuídos entre rurais e urbanos, 53% concentram a geração de renda no setor terciário, 43% no primário e apenas 4% no secundário.

Os 45 (3%) grandes municípios (com mais de 100 mil habitantes), estão distribuídos em seis grupos, sendo todos, exceto São José do Ribamar (MA), classificados como urbanos; apenas sete (15%) concentram a renda gerada no setor secundário e os 38 (85%) restantes, no setor terciário; 14 (31%) apresentam IDH-M baixo.

Interessante notar que os 76 municípios da região (5%) com IDH-M superior à média nacional, à exceção de três (Triunfo - PE, Paço do Lumiar - MA e São José de Ribamar - MA), concentram sua população na zona urbana.

SUL

A região apresenta 22 agrupamentos, nos quais se distribuem seus 1.014 municípios (existiam 1.159 em 2000). Dos 802 pequenos municípios (79%), com população de até 20 mil habitantes, 94% apresentam IDH-M superior à média brasileira, sendo 51% rurais. A grande maioria deles (75%) tem no setor primário a principal fonte de geração de renda, enquanto 10% concentram a renda no setor secundário e os 15% restantes no terciário.

Já os 212 municípios com mais de 20 mil habitantes são classificados como essencialmente urbanos (95%), sendo apenas dez (5%) rurais. Destaca-se que nenhum destes últimos apresenta população superior a 100 mil habitantes. Além disso, apenas três (1%) têm IDH-M abaixo da média brasileira e, em termos de concentração do setor produtivo na geração de renda, 55% classificam-se como terciário, 31% como secundário e 14% como primário (estes últimos com população inferior a 100 mil habitantes).

SUDESTE

Finalmente, a região Sudeste distribui seus 1.531 municípios (em 2000 existiam na região 1.666 municípios instalados) em 26 agrupamentos.

Os 1.420 municípios com menos de 100 mil habitantes (93%) são predominantemente urbanos (82%), 76% deles apresentam IDH-M acima da média nacional, 45% têm sua principal fonte geradora de renda no setor primário, 10% no setor secundário e os demais 45% no terciário.

Já os 111 municípios (7%) com mais de 100 mil habitantes concentram a maioria de sua população na zona urbana e têm IDH-M maior do que a média brasileira. Nenhum destes têm no setor primário sua principal fonte de geração de renda. Esta se concentra majoritariamente no setor terciário em 65% deles, e no setor secundário nos 35% restantes.

Para a definição final dos municípios a serem analisados, foram excluídos os grupos que apresentavam apenas um município, pois esses seriam representativos somente deles mesmos. Dessa forma, chegou-se a um total de 98 municípios, cada um deles representando um grupo diferente, com características próprias. Contudo, a inexistência de informações sobre os municípios pertencentes aos grupos 3 e 52 levou à sua exclusão do corpo do estudo.

Interessante observar que, analisando todos os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, não se constata muita diferença entre os portes de 100 mil a 500 mil e aquele acima de 500 mil, já que segundo os critérios adotados (à exceção dos grupos 39 e 40) todos os demais apresentam as características de terem IDH-M acima da média brasileira, a maioria da população na zona urbana e atividade econômica predominantemente secundária (grupos 42, 94, 96 e 117) ou terciária (grupos 18, 19, 43, 44, 69, 95, 97, 118 e 119). Apesar disso, optou-se por manter os cinco grupos, segundo o porte populacional.

II. Do Bolsa Família e dos demais dados

Para o estudo realizado tomou-se a situação de julho de 2004, em relação à quantidade de famílias beneficiadas e ao valor dos recursos transferidos, como a “realidade” do Bolsa Família de 2003, isto é, como se o programa tivesse começado em janeiro desse ano, atingindo as famílias atualmente beneficiadas.

Em outras palavras, adotou-se a situação de julho de 2004 como espelho da situação que poderia ter ocorrido em cada mês de 2003, com o Programa Bolsa Família atingindo toda a população alvo no município em questão. Isto porque, a partir de dezembro de 2003, o número de famílias e o valor mensal gasto com o Bolsa Família nos municípios escolhidos mantiveram-se constantes ou praticamente constantes.

Dessa maneira, comparou-se o total dos recursos transferidos a informações tais como a Receita Disponível do município, compreendida pelos recursos de impostos e das transferências constitucionais; o total das transferências federais para o SUS; o total da transferência federal, Fundo de Participação dos Municípios (FPM); e o total da transferência estadual a título do ICMS¹.

Para a estimativa da população beneficiada pelo programa Bolsa Família, utilizou-se a média de pessoas por família, por Estado, segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2002.

Se por um lado esse número pode superestimar a quantidade de beneficiários das capitais e grandes metrópoles, por outro lado ele estaria subestimando os beneficiários das cidades menores e do interior dos Estados. Sendo assim, a estimativa é provavelmente conservadora, de modo que a quantidade de beneficiários deve ser, na realidade, ainda maior.

¹ De forma alternativa, poder-se-ia considerar a situação de dezembro de 2003 do Programa Bolsa Família e compará-la às informações acima citadas para o mesmo mês de dezembro de 2003. Para isso, considerar-se-ia que a arrecadação e/ou as transferências do FPM / ICMS / SUS ocorreram de forma constante ao longo do ano, o que não é propriamente correto. Para sanar este problema, os cálculos poderiam ser feitos em relação à média do ano. Essa forma de calcular chegaria aos mesmos resultados alcançados na metodologia anterior.

C. OS RESULTADOS

As Tabelas 1 e 2 apresentam, respectivamente, os dados do Bolsa Família, as características dos municípios integrantes da análise e indicadores da importância relativa do programa. Essa importância é medida através da comparação dos recursos recebidos a título do Bolsa Família à Receita Disponível, entre outros.

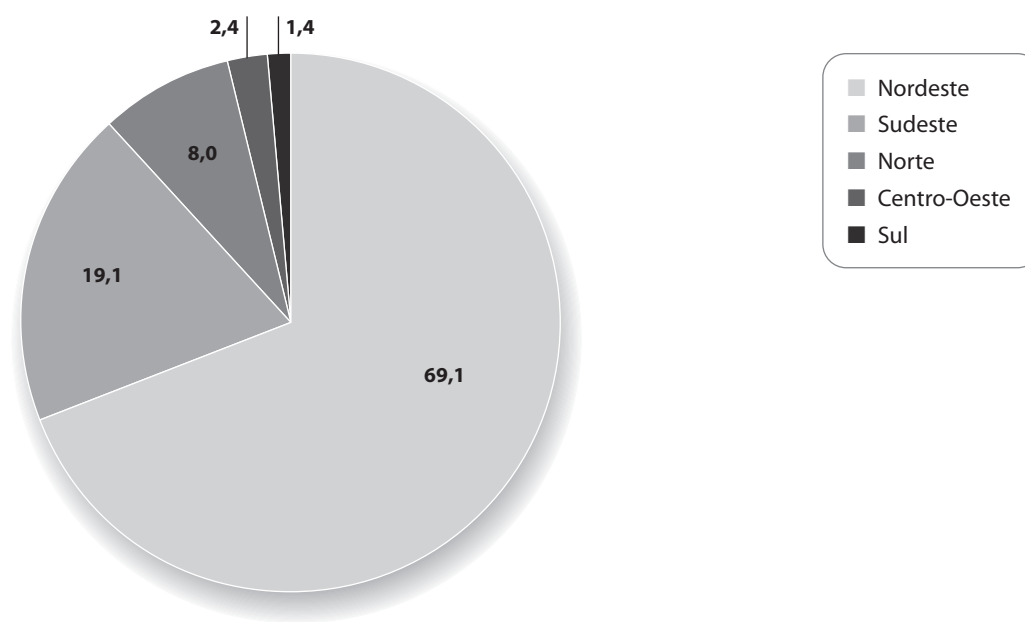
I. O Bolsa Família e a população

O Bolsa Família constitui, hoje, o maior programa de transferência de renda na área assistencial². Em dezembro de 2003, levando-se em conta que cada grupo estudado na pesquisa representa um conjunto de municípios homogêneos, estima-se em 16 milhões e 512 mil brasileiros o número de beneficiários do programa.

Entre as regiões, está assim distribuída a população beneficiária: 69,1% no Nordeste, 2,4% no Centro-Oeste, 8,0% no Norte, 19,1% no Sudeste e 1,4% no Sul (Gráfico 1).

² Do ponto de vista da literatura, não cabe a comparação com outros programas, tais como o benefício de um salário mínimo concedido aos rurais, entre outros. O benefício pago aos rurais é um direito garantido pela Constituição no campo previdenciário, constituindo-se numa renda de substituição. No Brasil existem outros importantes programas de transferência de renda. O Bolsa Família é um programa de transferência de renda que visa complementar a renda familiar e estimular a manutenção da criança e do adolescente na escola. Trata-se, portanto, de programas que integram ramos diferentes da proteção social, da previdência e da assistência.

GRÁFICO 1 Distribuição percentual do número de beneficiários do Bolsa Família entre as regiões geográficas brasileiras



Na região Nordeste, o primeiro aspecto destacável é o fato de ser nessa região onde os recursos do Programa Bolsa Família atingem maior percentual da população dos municípios.

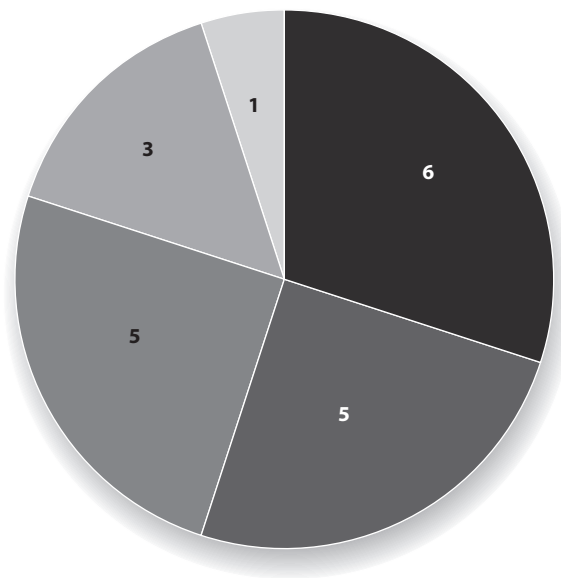
Entre os grupos dessa região (20, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43 e 44), este percentual varia de 13% a 45% – embora no grupo 42, representado por Camaçari (BA), somente 6% da população total seja beneficiária do programa.

A razão do grupo 42 apresentar esse percentual decorre do fato de os municípios neles compreendidos (três) terem de 100 mil a 500 mil habitantes, IDH-M acima da média, população praticamente toda urbana (95%), atividade econômica predominante no setor secundário e, principalmente, do fato de o município de referência ser um pólo petroquímico nacional. O percentual da população atingida pelo Bolsa Família, entre os grupos da região Nordeste, pode ser melhor visto no Gráfico 2.

GRÁFICO 2 Nordeste – número de grupos de municípios distribuídos entre os intervalos de porcentagem da população que é beneficiada pelo Bolsa Família

Intervalos de porcentagem da população beneficiada pelo Bolsa Família

- Até 9%
- De 10% a 14%
- De 15% a 19%
- De 20% a 29%
- Acima de 30%



Entre os municípios do Nordeste, encontramos situações onde até 45% da população é beneficiária da transferência de renda do Bolsa Família. Isso ocorre em Várzea (PB) e em Pedra Branca (CE). É sempre bom reafirmar que, nesta pesquisa, estes dois municípios representam dois diferentes grupos, com características diferentes.

No grupo 25, ao qual pertence Várzea, localizado no Estado da Paraíba, encontram-se mais 288 municípios, todos eles situados na região Nordeste, com população até 20 mil e urbana, com IDH-M abaixo da média nacional e com atividade econômica predominantemente no setor terciário. Já Pedra Branca pertence ao grupo 32, onde se encaixam 57 municípios do Nordeste, com população de 20 a 100 mil, localizada mais na zona rural, com um IDH-M abaixo da média nacional e cujas atividades econômicas são predominantemente realizadas no setor terciário.

O resultado observado na região Nordeste é, antes de tudo, reflexo da situação de pobreza em que vivem os habitantes de seus municípios, mas também do fato de esse programa nela ter se iniciado, certamente contemplando um conjunto significativo das famílias necessitadas.

Dessa forma, a importância assumida pelo Bolsa Família no Nordeste não encontra paralelo nas demais regiões. Isso não significa, entretanto, que nas demais não existam grupos de municípios onde parcela significativa da população seja beneficiária do programa. Exemplo disso ocorre em Itaguatins (TO), município pertencente ao grupo 50 (onde estão agrupados 56 municípios de até 20 mil habitantes da região Norte, com IDH-M abaixo da média, com população predominantemente urbana e que desenvolve atividade econômica terciária), onde 38% de sua população é beneficiária do Bolsa Família.

Na região Norte podemos encontrar tanto grupos de municípios onde o percentual da população beneficiária é extremamente baixo, como o grupo 63 (cinco municípios), no estudo representado por São Félix do Xingu (PA); como grupos onde esse percentual é bastante significativo, próximo ou superior aos 20%.

No caso do município de São Félix do Xingu, talvez o baixo percentual registrado (1%) esteja em parte indicando que o programa ainda não atingiu toda a sua população alvo, mas é preciso levar em conta que se trata de um município de 20 mil a 100 mil habitantes, com IDH-M acima da média nacional, cuja maioria da população habita a zona rural e desenvolve atividade predominantemente primária.

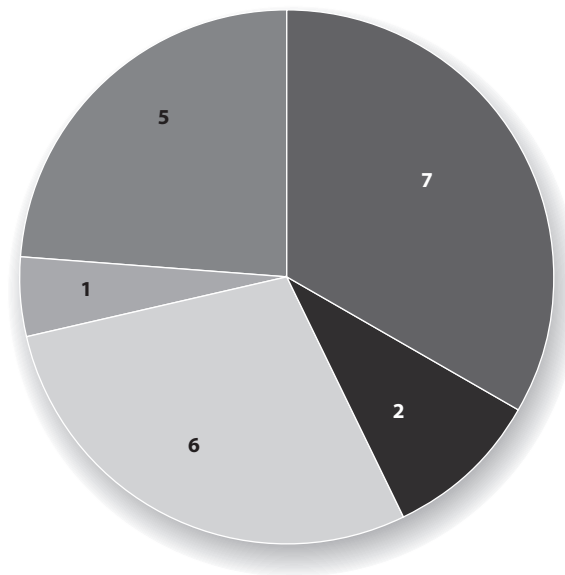
A distribuição dos municípios da amostra, segundo importância da proporção da população beneficiada pelo Bolsa Família, no total da população do município, pode ser vista no Gráfico 3. Dos 21 grupos da região, dois, representados por Itaguatins (grupo 50) e Esperantina (grupo 47), ambos no Tocantins, se destacam pelo elevado número de beneficiários na população total, ultrapassando a cifra de 30%. Além desses, em sete grupos (46, 56, 59, 62, 66, 67 e 69) o Bolsa Família beneficia mais de 20%

da população dos municípios, mas, no extremo oposto, em seis grupos (45, 48, 51, 57, 63 e 68) o percentual é inferior a 10%, evidenciando que o programa ainda não atingiu toda a região de forma equitativa.

GRÁFICO 3 Norte – número de grupos de municípios distribuídos entre os intervalos de porcentagem da população que é beneficiada pelo Bolsa Família

Intervalos de porcentagem da população beneficiada pelo Bolsa Família

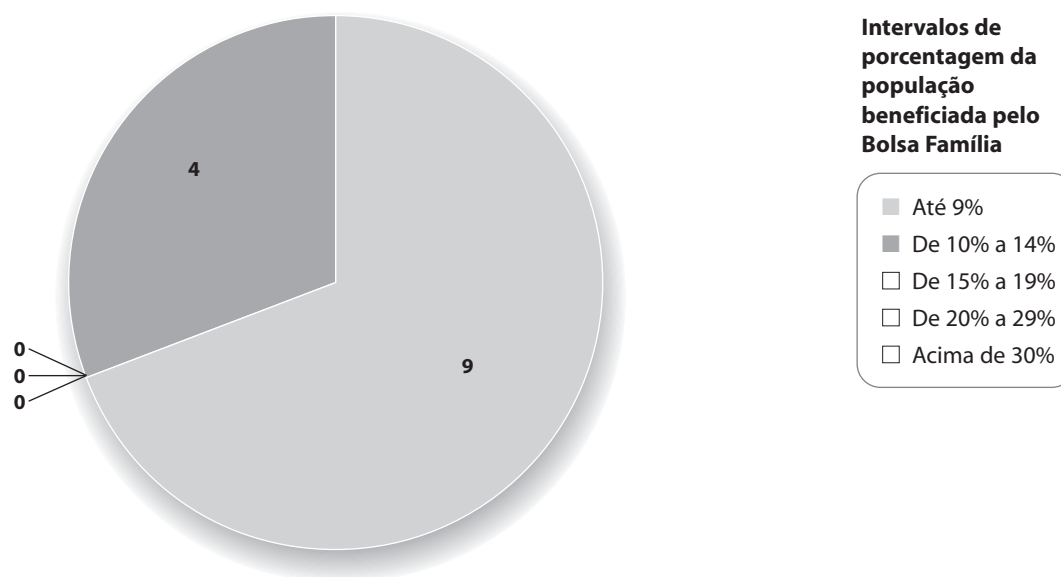
- Até 9%
- De 10% a 14%
- De 15% a 19%
- De 20% a 29%
- Acima de 30%



Ainda quanto à importância da participação da população beneficiada pelo Bolsa Família na população total do município, **na região Centro-Oeste**, destacam-se os grupos representados por: Divinópolis de Goiás (grupo 6, com 11 municípios de até 20 mil habitantes, IDH-M abaixo da média nacional, população vivendo majoritariamente na zona urbana e desenvolvendo atividade econômica principalmente junto ao setor terciário); Santa Rita do Pardo, no Mato Grosso do Sul (grupo 7, com 32 municípios de até 20 mil habitantes, IDH-M acima da média, população vivendo na maioria na zona rural e desenvolvendo atividade primária); Novo Horizonte do Norte, no Mato Grosso (grupo 8, com três municípios de até 20 mil habitantes, IDH-M acima da média, população predominantemente vivendo na zona rural e desenvolvendo atividade terciária); e Itupuranga, em Goiás (grupo 16, com 38 municípios, população entre 20 mil a 100 mil habitantes, IDH-M acima da média, população vivendo, em sua maioria, na zona urbana e desenvolvendo atividade econômica predominantemente no setor terciário). Nesses municípios, 10%, 11%, 14% e 10% de sua população total é beneficiária do Bolsa Família, respectivamente.

Uma visão geral pode ser obtida através do Gráfico 4, no qual percebemos que todos os demais municípios apresentam percentual inferior a 10%.

GRÁFICO 4 Centro-Oeste – número de grupos de municípios distribuídos entre os intervalos de porcentagem da população que é beneficiada pelo Bolsa Família



Já na região Sudeste, o maior percentual encontrado foi em Medina (29%), em Minas Gerais (grupo 87, com 17 municípios de população entre 20 mil a 100 mil habitantes, IDH-M abaixo da média, população vivendo majoritariamente na zona urbana e desenvolvendo atividade terciária).

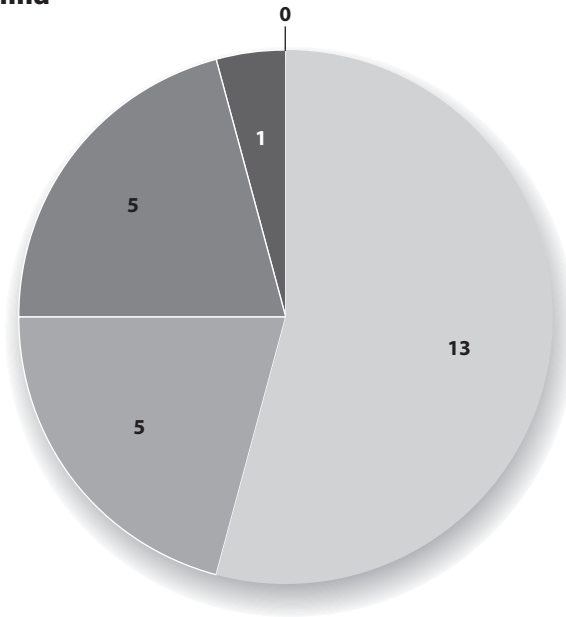
Pela ordem de grandeza, temos ainda como destaque os grupos 77 e 86, no estudo representados, respectivamente, por Lontra e Itamarandiba, ambas de Minas Gerais, onde 19% da população é beneficiária.

Como pode ser observado no Gráfico 4, nos 24 grupos da região, em 13 a porcentagem não chega sequer a 10% e em outros cinco é inferior a 15%.

GRÁFICO 5 Sudeste – número de grupos de municípios distribuídos entre os intervalos de porcentagem da população que é beneficiada pelo Bolsa Família

Intervalos de porcentagem da população beneficiada pelo Bolsa Família

- Até 9%
- De 10% a 14%
- De 15% a 19%
- De 20% a 29%
- Acima de 30%

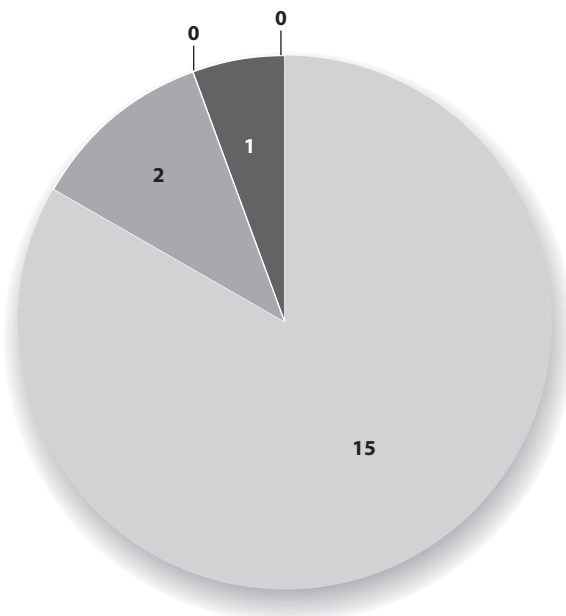


Na região Sul, com raras exceções, o percentual da população beneficiária do Programa Bolsa Família é relativamente baixo, refletindo a situação sócio-econômica de sua população, conforme pode ser visto no Gráfico 6.

GRÁFICO 6 Sul – número de grupos de municípios distribuídos entre os intervalos de porcentagem da população que é beneficiada pelo Bolsa Família

Intervalos de porcentagem da população beneficiada pelo Bolsa Família

- Até 9%
- De 10% a 14%
- De 15% a 19%
- De 20% a 29%
- Acima de 30%



Em resumo, observou-se que, na comparação entre as regiões, o número de beneficiários do Bolsa Família em relação ao total da população é significativamente mais elevado na região Nordeste do que nos municípios das demais regiões, em especial da região Sul. Esse resultado reflete, evidentemente, a desigualdade existente no país, que, entre outras manifestações, se expressa na enorme diferença de renda entre as famílias das diferentes regiões, especialmente entre o Nordeste e o Sul.

Na amostra dos municípios do Nordeste, apenas Camaçari, na Bahia, apresenta percentual da população beneficiária compatível com a região Sul (6%). Já na região Sul, destoando dos demais municípios, destacam-se Turvo, Grandes Rios e Prudentópolis, todos pertencentes ao Estado do Paraná, com 23%, 12% e 10% da população beneficiária do Bolsa Família, respectivamente. Para uma análise mais apurada sobre as diferenças entre as duas regiões, seria importante agregar o grau de cobertura do programa, para que diferenças decorrentes do processo de implantação não influenciassem os resultados.

Note-se que Camaçari pertence ao grupo 42, no qual se situam apenas três municípios do Nordeste, todos eles com uma população de 100 mil a 500 mil, predominantemente urbana, com um IDH-M acima da média nacional e a maioria de suas atividades econômicas desenvolvidas junto ao setor secundário.

No caso de Turvo, pertencente ao grupo 99, no qual também se situam apenas três municípios, a população de até 20 mil é rural, tem IDH-M abaixo da média nacional e desenvolve atividades predominantemente no setor secundário.

Já o município de Grandes Rios, também localizado na região Sul, representando o grupo 100, que reúne seis municípios, registra uma população de até 20 mil habitantes que vivem, na maioria, na zona rural, apresenta IDH-M abaixo da média nacional e desenvolve atividades predominantemente no setor terciário da economia.

Prudentópolis, do grupo 111, representa cinco municípios rurais de 20 mil a 100 mil habitantes, com IDH-M acima da média nacional e que desenvolvem atividades predominantemente no setor primário.

Ainda comparando-se regiões extremas, como Nordeste e Sul, verifica-se que na primeira, nos grupos de até 20 mil habitantes (grupos 20 a 29, abrangendo 1.016 municípios), é elevado o percentual da população total que se beneficia da transferência de renda realizada pelo programa.

Nesses grupos, destoando dos demais municípios, o menor percentual, de 13%, encontra-se em Timbaúba dos Batistas, no Rio Grande do Norte, mas este é o único, dos 1.016, com IDH-M acima da média nacional, seguido de Andorinha, na Bahia, com 18%. O maior percentual é atingido em Várzea (PB), com 45%.

No Sul, nos municípios de até 20 mil habitantes, que correspondem aos grupos 98 a 108 (o grupo 102 foi eliminado do estudo) e abrangem 801 municípios, os per-

centuais encontrados são bastante baixos. As exceções ficam por conta dos grupos 99 (três municípios), 100 (seis) e 111 (cinco), aqui representados por Turvo, Grandes Rios e Prudentópolis, todos eles localizados no Paraná, com abrangência da população de 23%, 12% e 10%, respectivamente.

II. O Bolsa Família e outros recursos

A importância relativa do Bolsa Família fica também evidente quando se compara os recursos nele gastos com outros indicadores. Iniciemos a análise pelas regiões extremas, isto é, Nordeste e Sul, como visto na parte anterior.

Em Pedra Branca, no Ceará (grupo 32), por exemplo, os recursos transferidos pelo Bolsa Família totalizam um valor correspondente a 43% da Receita Disponível (receitas próprias mais as transferências constitucionais) do município; e em Vitória de Santo Antão, em Pernambuco (grupo 39), a 40%.

De maneira geral, verifica-se que, quanto menor for a Receita Disponível do município, maior será a importância relativa dos recursos transferidos pelo programa Bolsa Família. Em relação aos recursos federais, transferidos ao SUS (Sistema Único de Saúde), no município de Vitória de Santo Antão, o Bolsa Família chega a ser 283% maior.

Novamente deve-se lembrar o fato de que os municípios aqui citados estão espelhando a realidade de um grupo de municípios. Dessa forma, Pedra Branca (grupo 32) está aqui representando a situação de 57 municípios, cujas características foram listadas mais acima. Vitória de Santo Antão (grupo 39), aqui, representa quatro municípios homogêneos quanto aos critérios definidos pela pesquisa. Nesse caso específico todos são municípios localizados no Nordeste, com população de 100 mil a 500 mil habitantes, localizados na sua maioria em zona urbana, com IDH-M abaixo da média e com atividade econômica predominante no setor secundário.

Na região Sul – onde a situação da renda da população é em geral bastante diferente da do Nordeste, tanto no nível quanto na distribuição – ainda assim, resultados importantes podem ser apontados. Em Porto Alegre (grupo 119, ao qual também pertence Curitiba), 5% da população é beneficiada, recebendo recursos que equivalem a 2% da Receita Disponível, 6% das transferências federais para o SUS, 6% da arrecadação do ICMS e 31% dos recursos do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Evidentemente, quanto mais desenvolvido o município, menor será o volume de recursos recebidos do FPM em relação a sua Receita Disponível, o que eleva a importância relativa dos recursos do Bolsa Família em termos percentuais. Pelo mesmo motivo, quanto mais desenvolvido o município, maior será sua arrecadação a título do ICMS e, portanto, menor a relação entre os recursos do Bolsa Família e as receitas desta transferência.

Na região Centro-Oeste, três grupos de municípios se destacam: 6, 8 e 16, representados por Divinópolis de Goiás (GO), Novo Horizonte do Norte (MT) e Itupuranga (GO). Na parte anterior do estudo, relativa à abrangência do Bolsa Família, *vis-à-vis* o total da população, esses municípios também foram objeto de atenção. Em Divinópolis de Goiás, os recursos transferidos a título do Programa Bolsa Família correspondem a 20% do ICMS, 7% dos recursos recebidos do FPM e 58% das transferências federais para o SUS; em Novo Horizonte do Norte e em Itupuranga, a 15%, 5% e 26%, e a 32%, 14% e 42%, respectivamente.

Na região Sudeste, vários grupos chamam atenção. A título de exemplo citemos alguns. No Grupo 72 (aqui representado por Água Branca, ES, com 88 municípios de até 20 mil habitantes, IDH-M abaixo da média, com a maioria da população vivendo na zona rural e exercendo atividade junto ao setor primário), os recursos do Bolsa Família representam 10% da arrecadação do ICMS, 10% também do FPM e são 13 pontos percentuais maior do que o montante recebido pelo governo federal para uso no SUS. Já o grupo 74 (27 municípios de até 20 mil habitantes, com IDH-M abaixo da média nacional e população vivendo predominantemente na zona rural, ocupada no setor terciário da economia), aqui representado por Gonzaga (MG), as transferências do Bolsa Família representam 38% do ICMS, 9% do FPM e são 102% maior do que os recursos federais recebidos para uso no SUS.

O caso mais expressivo encontra-se no grupo 87, representado por Medina (MG), onde o Bolsa Família é 35% superior à arrecadação do município com o ICMS, representa 30% do que é recebido pelo FPM, 25% de sua Receita Disponível, e supera em 165% os recursos federais para o SUS.

De maneira geral, para o conjunto das regiões, quanto menos desenvolvido for o município – o que transparece na baixa transferência do ICMS – maior será a importância relativa do Programa Bolsa Família.

Em alguns casos, sem que haja necessidade de maiores investigações, não há dúvida de que o programa é responsável por boa parte das atividades econômicas realizadas no município. Isso acontece em Medina, onde a renda de quase 30% da população é garantida pela transferência de renda do Bolsa Família.

D. RESUMO

Do ponto de vista da população beneficiária:

a) Por sua abrangência, o Bolsa Família constitui o mais importante programa de transferência de renda hoje existente no país. A pesquisa estimou que, em dezembro de 2003, levando-se em conta que cada grupo estudado representa um conjunto de municípios homogêneos, 16 milhões e 512 mil era o número de brasileiros beneficiários do programa.

b) A imensa maioria da população beneficiária encontra-se na região Nordeste (69,1%), seguida da Sudeste (19,1%), Norte (8,0%), Centro-Oeste (2,4%) e Sul (1,4%).

c) Como esperado, o percentual da população total dos **municípios nordestinos** beneficiária do Bolsa Família mostrou-se bastante elevado, variando de 13% a 45%. Apenas três municípios, pertencentes ao grupo 42 (três municípios), no estudo representado por Camaçari, na Bahia, registra percentual fora desse intervalo (6%), compatível com o observado na região Sul. Os municípios do grupo 42 têm de 100 mil a 500 mil habitantes, IDH-M acima da média, população praticamente vivendo toda na zona urbana (95%) e atividade econômica predominante no setor secundário. Além disso, Camaçari constitui pólo petroquímico nacional.

d) Em dois grupos de municípios da região Nordeste, a população beneficiária da transferência de renda do Bolsa Família equivale a 45% da população. O primeiro é o grupo 25, ao qual pertence Várzea (PB), e que abrange 288 municípios, com população de até 20 mil e urbana, com IDH-M abaixo da média nacional e atividade econômica predominantemente no setor terciário. O segundo grupo é o de número 32, do qual Pedra Branca (CE) é a referência. Nele se encaixam 57 municípios, com população de 20 a 100 mil, localizada mais na zona rural, com um IDH-M abaixo da média nacional e cujas atividades econômicas são predominantemente realizadas no setor terciário.

e) O resultado observado na região Nordeste é, antes de tudo, reflexo da situação de pobreza em que vivem os habitantes de seus municípios, mas também do fato de o Bolsa Família nela ter se iniciado – certamente contemplando um conjunto significativo das famílias necessitadas.

Dessa forma, a importância assumida pelo Bolsa Família no Nordeste não encontra paralelo nas demais regiões. Isso não significa, entretanto, que nas demais não se encontrem grupos de municípios nos quais parcela significativa da população seja beneficiária do programa. Exemplo disso ocorre em Itaguatins (TO), município pertencente ao grupo 50 (onde estão agrupados 56 municípios de até 20 mil habitantes da região Norte, com IDH-M abaixo da média, população predominantemente urbana

e que desenvolve atividade econômica terciária), onde 38% de sua população é beneficiária do Bolsa Família.

f) Na região Norte, encontram-se tanto grupos de municípios com percentual da população beneficiária extremamente baixo, como alto. Exemplos disso são: o grupo 63 (cinco municípios), no estudo representado por São Félix do Xingu (PA), onde a população beneficiária equivale apenas a 1% da população total; e os grupos 50 e 47, no estudo representados por Itaguatins e Esperantina, ambos no Tocantins, onde a população beneficiária é superior a 30% do total da população.

g) Ainda na região Norte, em sete grupos (46, 56, 59, 62, 66, 67 e 69), o Bolsa Família beneficia mais de 20% da população dos municípios; mas no extremo oposto, em seis grupos (45, 48, 51, 57, 63 e 68) o percentual é inferior a 10%, sugerindo que o programa ainda não atingiu toda a região de forma equitativa.

h) Os baixos percentuais sugerem, também, que o programa **ainda não atingiu toda a sua população alvo**, mas no caso de São Félix do Xingu é preciso levar-se em conta que se trata de município de 20 mil a 100 mil habitantes, com IDH-M acima da média nacional, cuja maioria de sua população habita a zona rural e desenvolve atividade predominantemente primária.

i) Na região Sudeste, a participação dos beneficiários no total da população varia muito. O maior percentual foi registrado em Medina (29%), em Minas Gerais (grupo 87, com 17 municípios de população entre 20 mil a 100 mil habitantes, com IDH-M abaixo da média, população vivendo majoritariamente na zona urbana e desenvolvendo atividade terciária). Pela ordem de grandeza, temos ainda os grupos 77 e 86, no estudo representados, respectivamente, por Lontra e Itamarandiba, ambas de Minas Gerais, onde 19% da população é beneficiária. Nos 24 grupos da região, em 13 a porcentagem não chega sequer a 10% e, em outros cinco, é inferior a 15%.

j) Na região Sul, com raras exceções, o percentual da população beneficiária do Programa Bolsa Família é relativamente baixo, refletindo a situação sócio-econômica de sua população.

k) Destoando dos demais municípios da região Sul, destacam-se Turvo, Grandes Rios e Prudentópolis, todos pertencentes ao Estado do Paraná, com 23%, 12% e 10% da população beneficiária do Bolsa Família, respectivamente. Turvo (grupo 99, com três municípios) tem as seguintes características: população de até 20 mil que habita na maioria a zona rural, tem IDH-M abaixo da média nacional e desenvolve atividades predominantemente no setor secundário. Grandes Rios (grupo 100, com seis municípios) registra uma população de até 20 mil habitantes que vivem, na maioria, na zona rural, apresenta IDH-M abaixo da média nacional e desenvolve atividades predominantemente no setor terciário da economia. Prudentópolis (grupo 111, com cinco municípios, todos rurais) tem população de 20 mil a 100 mil habitantes, IDH-M acima da média nacional e desenvolve atividade predominantemente no setor primário.

l) Comparando regiões – o número de beneficiários do Bolsa Família em relação ao total da população é significativamente mais elevado na região Nordeste do que nos municípios das demais regiões, em especial da região Sul. Esse resultado reflete, evidentemente, a desigualdade existente no país, que, entre outras manifestações, se expressa na enorme diferença de renda entre as famílias das diferentes regiões, especialmente entre o Nordeste e o Sul. Para uma análise mais apurada sobre as diferenças entre as duas regiões seria importante agregar o grau de cobertura do programa, para que diferenças decorrentes do processo de implantação não influenciem os resultados.

m) Comparando-se ainda regiões extremas, como Nordeste e Sul, observa-se que na região Nordeste, nos grupos de até 20 mil habitantes (grupos 20 a 29, abrangendo 1.016 municípios), é elevado o percentual da população total que se beneficia da transferência de renda realizada pelo programa. O menor percentual é de 13% em Timbaúba dos Batistas, no Rio Grande do Norte, mas este município é o único, dos 1.016, com IDH-M acima da média nacional; seguido de Andorinha, na Bahia, com 18%. Já o maior percentual é atingido em Várzea, Paraíba, com 45%.

Na região Sul, nos municípios de até 20 mil habitantes, que correspondem aos grupos 98 a 108 (o grupo 102 foi eliminado do estudo) e abrangem 801 municípios, os percentuais encontrados são bastante baixos. As exceções são dos grupos 99 (três municípios), 100 (seis municípios) e 111 (cinco municípios), aqui representados por Turvo, Grandes Rios e Prudentópolis, todos eles localizados no Paraná, com abrangência da população de 23%, 12% e 10%.

Do ponto de vista da importância dos recursos transferidos:

a) Nordeste – De maneira geral, verifica-se que, quanto menor for a Receita Disponível do município, maior será a importância relativa dos recursos transferidos pelo programa Bolsa Família. Por isso, há casos como o de Pedra Branca (CE, grupo 32, com 57 municípios), onde os recursos do Bolsa Família correspondem a 43% da Receita Disponível do município (receitas próprias mais as transferências constitucionais); e o de Vitória de Santo Antão (PE, grupo 39, com quatro municípios), onde esse percentual atinge 40%. Em relação aos recursos federais, transferidos ao Sistema Único de Saúde, no município de Vitória de Santo Antão, o Bolsa Família chega a ser 283% maior.

b) Sul – Embora a situação da renda da população seja em geral bastante diferente da população do Nordeste – tanto no nível quanto na distribuição – ainda assim, resultados importantes foram encontrados. Em Porto Alegre (grupo 119, ao qual também pertence Curitiba), 5% da população é beneficiada, recebendo recursos que

equivalem a 2% da Receita Disponível, 6% das transferências federais para o SUS, 6% da arrecadação do ICMS e 31% dos recursos do FPM. Evidentemente, quanto mais desenvolvido o município, menor será o volume de recursos recebidos do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) em relação a sua Receita Disponível, o que eleva a importância relativa dos recursos do Bolsa Família em termos percentuais. Pelo mesmo motivo, quanto mais desenvolvido o município, maior será sua arrecadação a título do ICMS e, portanto, menor a relação entre os recursos do Bolsa Família e as receitas desta transferência.

c) Centro-Oeste – Destacam-se três grupos de municípios (6, 8 e 16), representados no estudo por Divinópolis de Goiás (GO), Novo Horizonte do Norte (MT) e Itupuranga (GO). Como visto anteriormente, é elevado o percentual da população desses municípios que é beneficiária do Bolsa Família. Sendo assim, não é de estranhar que em Divinópolis de Goiás esses recursos correspondam a 20% do ICMS, 7% dos recursos recebidos do FPM e 58% das transferências federais para o SUS; e, em Novo Horizonte do Norte e em Itupuranga, a 15%, 5% e 26%, e a 32%, 14% e 42%, respectivamente.

d) Sudeste – Vários grupos chamam atenção. Exemplos: em Água Branca (ES, do Grupo 72, com 88 municípios de até 20 mil habitantes, com IDH-M abaixo da média, maioria da população vivendo na zona rural e exercendo atividade no setor primário), os recursos do Bolsa Família representam 10% da arrecadação do ICMS, 10% também do FPM e são 13 pontos percentuais maiores do que a transferência federal para uso no SUS. Já em Gonzaga (MG, do grupo 74, com 27 municípios de até 20 mil habitantes, IDH-M abaixo da média nacional e população vivendo predominantemente na zona rural e ocupada no setor terciário da economia), as transferências do Bolsa Família representam 38% do ICMS, 9% do FPM e são 102% maiores do que os recursos federais recebidos para uso no SUS. E ainda em Medina (MG, do grupo 87), o Bolsa Família é 35% superior à arrecadação do município com o ICMS, representa 30% do que recebe pelo FPM, 25% de sua Receita Disponível, e supera em 165% os recursos federais para o SUS.

e) De maneira geral, para o conjunto das regiões, quanto menos desenvolvido for o município – o que transparece na baixa transferência do ICMS – maior será a importância relativa do Programa Bolsa Família. Em alguns casos, tal como em Medina, sem que haja necessidade de maiores investigações, como a renda de quase 30% da população é garantida pela transferência de renda desse programa, não há dúvida de que o Bolsa Família é responsável por boa parte das atividades econômicas realizadas no município.

TABELA 1 Características dos municípios

GRUPO	MUNICÍPIO	BENEFICIÁRIOS		TRANSFERÊNCIA ANUALIZADA (R\$)
		nº famílias em 07/2004	nº de pessoas ¹	
CENTRO-OESTE				
1	Porto Esperidião - MT	129	535	116.880
4	Tacuru - MS	148	564	135.360
6	Divinópolis de Goiás - GO	140	535	130.200
7	Santa Rita do Pardo - MS	183	697	127.740
8	Novo Horizonte do Norte - MT	117	486	96.480
9	Edéia - GO	132	504	101.880
10	Juruena - MT	104	432	94.980
11	Mundo Novo - MS	212	808	158.280
14	Ivinhema - MS	390	1.486	262.260
15	Senador Canedo - GO	174	665	154.320
16	Itapuranga - GO	726	2.773	626.100
18	Rio Verde - GO	1.963	7.499	1.495.320
19	Brasília - DF	2.057	8.002	1.726.620
NORDESTE				
20	Ibirajuba - PE	413	1.755	356.100
21	Pacatuba - SE	764	3.362	724.620
22	Andorinha - BA	638	2.833	458.028
23	Itarantim - BA	1.130	5.017	934.740
24	Acarapé - CE	922	4.112	839.100
25	Várzea - PB	206	921	160.800
29	Timbaúba dos Batistas - RN	67	283	54.240
30	Esperantinópolis - MA	1.470	6.894	1.317.600
31	Lagarto - SE	3.117	13.715	2.974.020
32	Pedra Branca - CE	4.088	18.232	3.504.600
33	Entre Rios - BA	1.079	4.791	979.020
34	Ribeirão - PE	2.328	9.894	1.981.500
35	Iaçu - BA	1.983	8.805	1.793.340
37	Catu - BA	1.651	7.330	1.391.760
38	Santo Antônio de Jesus - BA	2.481	11.016	2.180.640
39	Vitória de Santo Antão - PE	4.187	17.795	3.654.660
40	Caxias - MA	6.648	31.179	6.290.940
42	Camaçari - BA	2.342	10.398	1.729.920
43	Caucaia - CE	12.940	57.712	10.186.020
44	Salvador - BA	81.769	363.054	60.764.700

	POPULAÇÃO			IDH-M ²	ATIVIDADE ECONÔMICA ³	PESSOAS/FAMÍLIA ⁴
	Total	Rural %	Urbana %			
	9.996	65	35	Abaixo	Primário	4,15
	8.717	50	50	Abaixo	Primário	3,81
	5.172	42	58	Abaixo	Terciário	3,82
	6.640	51	49	Acima	Primário	3,81
	3.511	58	42	Acima	Terciário	4,15
	10.223	21	79	Acima	Primário	3,82
	5.448	31	69	Acima	Secundário	4,15
	15.669	13	87	Acima	Terciário	3,81
	21.643	30	70	Acima	Primário	3,81
	53.105	5	95	Acima	Secundário	3,82
	26.740	26	74	Acima	Terciário	3,82
	116.552	9	91	Acima	Terciário	3,82
	2.051.146	4	96	Acima	Terciário	3,89
	7.438	67	33	Abaixo	Primário	4,25
	11.536	78	22	Abaixo	Secundário	4,40
	15.774	73	27	Abaixo	Terciário	4,44
	16.923	23	77	Abaixo	Primário	4,44
	12.927	46	54	Abaixo	Secundário	4,46
	2.051	32	68	Abaixo	Terciário	4,47
	2.189	24	76	Acima	Terciário	4,22
	21.224	54	46	Abaixo	Primário	4,69
	83.334	51	49	Abaixo	Secundário	4,40
	40.742	57	43	Abaixo	Terciário	4,46
	37.513	39	61	Abaixo	Primário	4,44
	41.449	28	72	Abaixo	Secundário	4,25
	28.501	24	76	Abaixo	Terciário	4,44
	46.731	19	81	Acima	Secundário	4,44
	77.368	14	86	Acima	Terciário	4,44
	117.609	16	84	Abaixo	Secundário	4,25
	139.756	26	74	Abaixo	Terciário	4,69
	161.727	5	95	Acima	Secundário	4,44
	250.479	10	90	Acima	Terciário	4,46
	2.443.107	0	100	Acima	Terciário	4,44

¹ nº famílias beneficiárias X tamanho médio da família

² no Estado a que pertence o município

³ SIOPS (Sistema de Informações sobre o Orçamento Público em Saúde) - 2003

⁴ STN (Secretaria do Tesouro Nacional) - 2003

TABELA 1 Características dos municípios (continuação)

GRUPO	MUNICÍPIO	BENEFICIÁRIOS		TRANSFERÊNCIA ANUALIZADA (R\$)
		nº famílias em 07/2004	nº de pessoas ¹	
NORTE				
45	Trairão - PA	287	1.231	255.240
46	Santa Bárbara do Pará - PA	632	2.711	551.640
47	Esperantina - TO	562	2.450	554.160
48	Ananás - TO	65	283	55.920
49	Almas - TO	373	1.626	351.600
50	Itaguatins - TO	562	2.450	507.600
51	Vale do Paraíso - RO	86	347	83.580
53	Senador Guimard - AC	469	2.054	390.960
54	Itaporã do Tocantins - TO	112	488	97.500
56	Alvorada - TO	426	1.857	391.680
57	Irlanduba - AM	331	1.513	329.460
58	Breu Branco - PA	1.349	5.787	1.373.340
59	Tapauá - AM	987	4.511	970.200
60	Santana do Araguaia - PA	1.307	5.607	1.066.740
62	Cruzeiro do Sul - AC	3.262	14.288	2.929.260
63	São Félix do Xingu - PA	111	476	102.780
65	Curuçá - PA	1.016	4.359	962.820
66	Tucumã - PA	1.181	5.066	1.087.620
67	Parauapebas - PA	3.309	14.196	2.954.460
68	Pimenta Bueno - RO	532	2.144	462.060
69	Abaetetuba - PA	6.406	27.482	6.372.480
SUDESTE				
72	Águia Branca - ES	279	1.102	262.380
74	Gonzaga - MG	180	716	180.300
75	Carmésia - MG	92	366	89.520
76	Belo Oriente - MG	741	2.949	634.680
77	Lontra - MG	371	1.477	327.960
78	Claraval - MG	48	191	39.000
79	São Bento do Sapucaí - SP	129	494	98.820
80	Wenceslau Braz - MG	69	275	59.940
81	Guarani d'Oeste - SP	31	119	26.460
82	Roseira - SP	114	437	106.620
83	Bom Jesus dos Perdões - SP	60	230	54.060
84	Minas Novas - MG	910	3.622	866.820
85	Monte Azul - MG	973	3.873	882.060
86	Itamarandiba - MG	1.422	5.660	1.350.480
87	Medina - MG	1.552	6.177	1.351.080
88	Domingos Martins - ES	178	703	145.200
90	Piedade - SP	585	2.241	503.580
91	Patrocínio - MG	1.175	4.677	905.640
92	Cajati - SP	932	3.570	931.980

	POPULAÇÃO			IDH-M ²	ATIVIDADE ECONÔMICA ³	PESSOAS/FAMÍLIA ⁴
	Total	Rural %	Urbana %			
	14.042	79	21	Abaixo	Primário	4,29
	11.378	65	35	Abaixo	Secundário	4,29
	7.623	53	47	Abaixo	Terciário	4,36
	10.512	20	80	Abaixo	Primário	4,36
	8.474	34	66	Abaixo	Secundário	4,36
	6.386	49	51	Abaixo	Terciário	4,36
	9.863	81	19	Acima	Primário	4,03
	19.761	56	44	Acima	Terciário	4,38
	2.522	38	62	Acima	Primário	4,36
	8.508	8	92	Acima	Terciário	4,36
	32.303	69	31	Abaixo	Primário	4,57
	32.446	51	49	Abaixo	Secundário	4,29
	20.595	54	46	Abaixo	Terciário	4,57
	31.218	44	56	Abaixo	Primário	4,29
	67.441	42	58	Abaixo	Terciário	4,38
	34.621	64	36	Acima	Primário	4,29
	26.160	62	38	Acima	Terciário	4,29
	25.309	35	65	Acima	Primário	4,29
	71.568	17	83	Acima	Secundário	4,29
	31.752	17	83	Acima	Terciário	4,03
	119.152	41	59	Acima	Terciário	4,29
	9.599	76	24	Abaixo	Primário	3,95
	5.713	53	47	Abaixo	Terciário	3,98
	2.246	49	51	Abaixo	Primário	3,98
	19.516	17	83	Abaixo	Secundário	3,98
	7.640	35	65	Abaixo	Terciário	3,98
	4.242	51	49	Acima	Primário	3,98
	10.355	55	45	Acima	Secundário	3,83
	2.596	54	46	Acima	Terciário	3,98
	2.006	14	86	Acima	Primário	3,83
	8.577	7	93	Acima	Secundário	3,83
	13.313	16	84	Acima	Terciário	3,83
	30.646	75	25	Abaixo	Primário	3,98
	23.832	52	48	Abaixo	Terciário	3,98
	29.400	40	60	Abaixo	Primário	3,98
	21.641	33	67	Abaixo	Terciário	3,98
	30.559	81	19	Acima	Primário	3,95
	50.131	56	44	Acima	Terciário	3,83
	73.130	14	86	Acima	Primário	3,98
	29.227	28	72	Acima	Secundário	3,83

¹ nº famílias beneficiárias X tamanho médio da família
² no Estado a que pertence o município
³ SIOPS (Sistema de Informações sobre o Orçamento Público em Saúde) - 2003
⁴ STN (Secretaria do Tesouro Nacional) - 2003

TABELA 1 Características dos municípios (continuação)

GRUPO	MUNICÍPIO	BENEFICIÁRIOS		TRANSFERÊNCIA ANUALIZADA (R\$)
		nº famílias em 07/2004	nº de pessoas ¹	
SUDESTE				
93	Nanuque - MG	748	2.977	652.380
94	Indaiatuba - SP	323	1.237	234.720
95	Ribeirão das Neves - MG	4.404	17.528	3.333.600
96	São Bernardo do Campo - SP	6.996	26.795	5.672.400
97	Santo André - SP	5.141	19.690	4.349.400
SUL				
98	Ramilândia - PR	29	110	25.320
99	Turvo - PR	883	3.364	765.600
100	Grandes Rios - PR	251	956	229.860
101	Campo do Tenente - PR	128	488	99.000
103	São Valério do Sul - RS	38	139	35.520
104	Presidente Lucena - RS	4	15	3.420
105	Gravatal - SC	74	277	56.460
106	Florestópolis - PR	96	366	49.860
107	Siderópolis - SC	104	389	78.000
108	Jardim Olinda - PR	31	118	28.020
109	Reserva - PR	63	240	66.240
111	Prudentópolis - PR	1.169	4.454	987.420
114	Fraiburgo - SC	545	2.038	503.460
115	Indaial - SC	362	1.354	276.540
116	Rosário do Sul - RS	237	865	205.500
117	Jaraguá do Sul - SC	639	2.390	422.700
118	Bagé - RS	2.624	9.578	2.074.740
119	Porto Alegre - RS	20.433	74.580	16.586.160

	POPULAÇÃO			IDH-M ²	ATIVIDADE ECONÔMICA ³	PESSOAS/FAMÍLIA ⁴
	Total	Rural %	Urbana %			
	41.619	9	91	Acima	Terciário	3,98
	147.050	2	98	Acima	Secundário	3,83
	246.846	1	99	Acima	Terciário	3,98
	703.177	2	98	Acima	Secundário	3,83
	649.331	0	100	Acima	Terciário	3,83
	3.868	55	45	Abaixo	Primário	3,81
	14.530	71	29	Abaixo	Secundário	3,81
	7.868	52	48	Abaixo	Terciário	3,81
	6.335	46	54	Abaixo	Primário	3,81
	2.625	82	18	Acima	Primário	3,65
	2.069	53	47	Acima	Secundário	3,65
	10.799	64	36	Acima	Terciário	3,74
	12.190	16	84	Acima	Primário	3,81
	12.082	25	75	Acima	Secundário	3,74
	1.523	35	65	Acima	Terciário	3,81
	23.977	60	40	Abaixo	Primário	3,81
	46.346	61	39	Acima	Primário	3,81
	32.948	16	84	Acima	Primário	3,74
	40.194	5	95	Acima	Secundário	3,74
	41.058	12	88	Acima	Terciário	3,65
	108.489	11	89	Acima	Secundário	3,74
	118.767	18	82	Acima	Terciário	3,65
	1.360.590	3	97	Acima	Terciário	3,65

¹ nº famílias beneficiárias X tamanho médio da família

² no Estado a que pertence o município

³ SJOPS (Sistema de Informações sobre o Orçamento Público em Saúde) - 2003

⁴ STN (Secretaria do Tesouro Nacional) - 2003

TABELA 2 A importância relativa do Bolsa Família

GRUPO	MUNICÍPIO	RECEITA DISPONÍVEL	SUS – TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	FPM
CENTRO-OESTE				
1	Porto Esperidião - MT	6.483.994	438.909	2.309.010
4	Tacuru - MS	4.747.811	553.814	2.569.403
6	Divinópolis de Goiás - GO	2.780.753	226.128	1.916.514
7	Santa Rita do Pardo - MS	8.939.711	146.989	2.188.284
8	Novo Horizonte do Norte - MT	3.138.838	366.049	2.128.727
9	Edéia - GO	6.749.885	484.185	2.555.410
10	Juruena - MT	3.480.431	953.377	1.732.087
11	Mundo Novo - MS	7.864.042	535.273	5.138.909
14	Ivinhema - MS	9.247.850	1.783.822	5.138.689
15	Senador Canedo - GO	38.931.609	4.111.675	7.026.763
16	Itapuranga - GO	7.739.425	1.499.406	4.549.322
18	Rio Verde - GO	67.252.521	12.445.777	10.859.791
19	Brasília - DF	4.449.578.172	685.580.335	149.876.593
NORDESTE				
20	Ibirajuba - PE	2.772.001	392.153	2.350.532
21	Pacatuba - SE	4.774.116	553.651	7.996.084
22	Andorinha - BA	5.543.360	279.018	3.599.922
23	Itarantim - BA	5.309.418	1.184.353	3.599.545
24	Acarapé - CE	4.881.860	529.491	2.907.776
25	Várzea - PB	2.382.104	122.042	2.012.508
29	Timbaúba dos Batistas - RN	2.306.607	115.833	2.052.689
30	Esperantinópolis - MA	5.839.549	1.547.168	6.727.171
31	Lagarto - SE	14.879.859	5.690.500	9.543.750
32	Pedra Branca - CE	8.092.003	3.101.097	6.542.394
33	Entre Rios - BA	15.343.795	889.155	6.359.701
34	Ribeirão - PE	9.113.108	953.401	6.379.046
35	Iaçu - BA	7.164.500	929.409	4.908.432
37	Catu - BA	14.436.082	4.298.773	6.871.763
38	Santo Antônio de Jesus - BA	17.988.779	3.344.161	9.186.944
39	Vitória de Santo Antão - PE	9.113.108	953.401	11.752.046
40	Caxias - MA	21.319.750	16.332.770	14.426.422
42	Camaçari - BA	217.119.188	12.541.675	24.673.457
43	Caucaia - CE	52.730.467	10.554.665	29.175.887
44	Salvador - BA	836.366.189	51.733.039	164.857.883

	ICMS	BF/ REC. DISPON. (%)	BF/SUS TRANSF. FED. (%)	BF/ ICMS (%)	BF/ FPM (%)	BENEFICIÁRIOS/ POPULAÇÃO TOTAL (%)
	3.044.833	2	27	4	5	5
	1.580.641	3	24	9	5	6
	641.166	5	58	20	7	10
	3.922.064	1	87	3	6	11
	641.328	3	26	15	5	14
	3.152.733	2	21	3	4	5
	1.171.006	3	10	8	5	8
	1.878.181	2	30	8	3	5
	2.875.170	3	15	9	5	7
	28.932.175	0,4	4	1	2	1
	1.983.701	8	42	32	14	10
	34.448.100	2	12	4	14	6
	2.219.995.936	0,04	0,3	0,1	1	0,4
	307.603	13	91	116	15	24
	5.808.348	15	131	12	9	29
	1.558.408	8	164	29	13	18
	1.401.288	18	79	67	26	30
	1.781.898	17	158	47	29	32
	286.208	7	132	56	8	45
	221.369	2	47	25	3	13
	128.658	23	85	1024	20	32
	3.706.662	20	52	80	31	16
	1.126.327	43	113	311	54	45
	7.193.181	6	110	14	15	13
	2.215.840	22	208	89	31	24
	1.565.483	25	193	115	37	31
	3.758.065	10	32	37	20	16
	4.912.483	12	65	44	24	14
	8.386.491	40	383	44	31	15
	1.576.161	30	39	399	44	22
	139.345.540	1	14	1	7	6
	12.634.599	19	97	81	35	23
	234.501.793	7	117	26	37	15

TABELA 2 A importância relativa do Bolsa Família (continuação)

GRUPO	MUNICÍPIO	RECEITA DISPONÍVEL	SUS – TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	FPM
NORTE				
45	Trairão - PA	4.456.520	309.368	3.005.627
46	Santa Bárbara do Pará - PA	3.458.465	667.053	2.405.742
47	Esperantina - TO	1.749.731	628.112	1.522.857
48	Ananás - TO	2.330.228	285.224	2.030.475
49	Almas - TO	2.194.744	518.588	1.522.857
50	Itaguatins - TO	2.353.306	260.891	1.912.652
51	Vale do Paraíso - RO	2.899.340	495.358	1.524.079
53	Senador Guimard - AC	5.247.908	619.012	3.127.571
54	Itaporã do Tocantins - TO	2.130.086	204.408	1.522.857
56	Alvorada - TO	3.640.281	369.580	1.673.514
57	Iranduba - AM	7.980.178	1.205.308	4.359.933
58	Breu Branco - PA	8.398.368	993.424	4.808.799
59	Tapauá - AM	8.011.990	1.240.394	4.926.620
60	Santana do Araguaia - PA	8.854.232	2.318.770	4.811.609
62	Cruzeiro do Sul - AC	13.359.053	2.096.548	6.777.790
63	São Félix do Xingu - PA	13.037.322	3.387.237	6.613.439
65	Curuçá - PA	5.221.444	648.167	4.212.078
66	Tucumã - PA	21.874.763	2.711.141	8.266.147
67	Parauapebas - PA	83.876.129	6.278.930	7.820.077
68	Pimenta Bueno - RO	11.515.072	3.214.408	4.930.413
69	Abaetetuba - PA	83.876.129	6.278.930	10.221.008
SUDESTE				
72	Águia Branca - ES	5.605.957	231.676	2.512.739
74	Gonzaga - MG	2.617.346	176.053	1.963.937
75	Carmésia - MG	3.047.036	208.710	2.037.597
76	Belo Oriente - MG	31.532.400	585.193	4.075.307
77	Lontra - MG	2.518.560	211.300	2.036.783
78	Claraval - MG	3.778.631	117.855	2.036.783
79	São Bento do Sapucaí - SP	4.913.291	193.578	2.638.372
80	Wenceslau Braz - MG	2.433.088	43.365	2.037.637
81	Guarani d'Oeste - SP	2.728.893	163.466	1.931.560
82	Roseira - SP	4.117.390	153.120	1.950.065
83	Bom Jesus dos Perdões - SP	7.904.442	544.359	3.297.633
84	Minas Novas - MG	7.503.912	725.854	5.431.091
85	Monte Azul - MG	6.445.265	878.163	5.214.769
86	Itamarandiba - MG	7.250.383	1.154.024	4.888.481
87	Medina - MG	5.954.675	509.834	4.562.692
88	Domingos Martins - ES	14.591.469	1.268.503	5.324.276
90	Piedade - SP	19.151.120	823.566	7.256.089
91	Patrocínio - MG	26.621.077	6.040.274	8.835.373
92	Cajati - SP	18.605.479	609.537	4.683.690

	ICMS	BF/ REC. DISPON. (%)	BF/SUS TRANSF. FED. (%)	BF/ ICMS (%)	BF/ FPM (%)	BENEFICIÁRIOS/ POPULAÇÃO TOTAL (%)
	1.067.815	6	83	24	8	9
	802.069	16	83	69	23	24
	146.441	32	88	378	36	32
	1.488.365	2	20	4	3	3
	381.286	16	68	92	23	19
	237.849	22	195	213	27	38
	1.190.075	3	17	7	5	4
	1.818.128	7	63	22	13	10
	502.577	5	48	19	6	19
	1.557.728	11	106	25	23	22
	3.277.190	4	27	10	8	5
	2.563.642	16	138	54	29	18
	3.780.829	12	78	26	20	22
	3.035.449	12	46	35	22	18
	5.193.296	22	140	56	43	21
	4.582.168	1	3	2	2	1
	801.552	18	149	120	23	17
	10.610.468	5	40	10	13	20
	48.443.606	4	47	6	38	20
	4.720.561	4	14	10	9	7
	2.349.196	8	101	271	62	23
	2.679.052	5	113	10	10	11
	470.476	7	102	38	9	13
	705.085	3	43	13	4	16
	20.941.360	2	108	3	16	15
	393.415	13	155	83	16	19
	1.350.825	1	33	3	2	5
	1.340.535	2	51	7	4	5
	333.306	2	138	18	3	11
	670.485	1	16	4	1	6
	1.230.000	3	70	9	5	5
	1.871.293	1	10	3	2	2
	1.437.108	12	119	60	16	12
	817.186	14	100	108	17	16
	1.624.001	19	117	83	28	19
	997.838	23	265	135	30	29
	7.200.812	1	11	2	3	2
	5.845.998	3	61	9	7	4
	10.653.820	3	15	9	10	6
	11.287.656	5	153	8	20	12

TABELA 2 A importância relativa do Bolsa Família (continuação)

GRUPO	MUNICÍPIO	RECEITA DISPONÍVEL	SUS – TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	FPM
SUDESTE				
93	Nanuque - MG	12.279.963	2.908.244	6.192.369
94	Indaiatuba - SP	109.911.656	10.036.140	16.705.288
95	Ribeirão das Neves - MG	33.244.950	11.530.249	19.434.215
96	São Bernardo do Campo - SP	711.315.791	32.703.134	16.705.780
97	Santo André - SP	404.850.898	33.647.161	16.844.914
SUL				
98	Ramilândia - PR	3.186.510	155.007	2.150.431
99	Turvo - PR	7.231.541	560.898	3.455.500
100	Grandes Rios - PR	3.808.557	260.431	2.827.392
101	Campo do Tenente - PR	3.778.545	324.798	2.150.431
103	São Valério do Sul - RS	2.490.723	360.316	1.815.042
104	Presidente Lucena - RS	2.726.760	23.952	1.814.910
105	Gravatal - SC	4.086.753	496.805	2.381.986
106	Florestópolis - PR	4.551.359	394.245	2.827.193
107	Siderópolis - SC	7.690.440	492.706	2.571.578
108	Jardim Olinda - PR	2.793.501	104.613	2.150.431
109	Reserva - PR	8.878.510	813.379	5.017.269
111	Prudentópolis - PR	15.160.355	790.621	6.596.649
114	Fraiburgo - SC	16.814.870	754.679	5.031.931
115	Indaial - SC	21.783.894	1.378.435	5.360.214
116	Rosário do Sul - RS	14.838.054	726.045	5.512.366
117	Jaraguá do Sul - SC	82.916.316	9.656.508	9.528.578
118	Bagé - RS	36.240.557	2.592.325	10.286.287
119	Porto Alegre - RS	983.402.414	267.452.694	53.138.410

	ICMS	BF/ REC. DISPON. (%)	BF/SUS TRANSF. FED. (%)	BF/ ICMS (%)	BF/ FPM (%)	BENEFICIÁRIOS/ POPULAÇÃO TOTAL (%)
	3.176.842	5	22	21	11	7
	38.571.473	0,2	2	1	1	1
	7.643.151	10	29	44	17	7
	331.292.559	1	17	2	34	4
	151.950.401	1	13	3	26	3
	849.702	0	0	0	0	3
	2.948.816	0	0	0	0	23
	709.217	0	0	0	0	12
	1.176.673	0	0	0	0	8
	561.481	0	0	0	0	5
	729.326	0	0	0,0	0,0	1
	1.046.860	0	0	0	0	3
	1.248.120	0	0	0	0	3
	4.167.905	0	0	0	0	3
	447.247	0	0	0	0	8
	2.527.986	0	0	0	0	1
	5.456.170	0	0	0	0	10
	9.067.223	0	0	0	0	6
	10.528.473	0	0	0	0	3
	7.085.518	0	0	0	0	2
	48.449.680	0	0	0,0	0	2
	13.207.859	0	0	0	0	8
	276.036.406	0	0	0	0	5

Bibliografia

- POCHMANN, M.; CAMPOS, A.; BARBOSA, A. et all. “Atlas da Exclusão Social, volume 3: Os Ricos no Brasil”. São Paulo: Cortez, 2004.
- INSTITUTO CIDADANIA, Projeto Fome Zero: uma Proposta de Segurança Alimentar para o Brasil. São Paulo, outubro de 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – FGV – www.ibre.fgv.br – acesso em 29 de julho de 2001.
- INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS – www.ipeadata.gov.br – acesso em várias datas.
- SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – www.tesouro.fazenda.gov.br/ – acesso em várias datas.
- SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO PÚBLICO EM SAÚDE – <http://siops.datasus.gov.br/indicadores> – acesso em várias datas.

Os *Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate* visam divulgar pesquisas, disseminar resultados e subsidiar discussões e avaliações acerca das políticas e programas sociais. Este número traz um estudo sobre o Programa Bolsa Família, realizado pela pesquisadora Rosa Maria Marques, coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Políticas para o Desenvolvimento Humano do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

